

# O gesto patriótico que se espera de Sarney

12 OUT 1989

JORNAL DA ARTE

O presidente José Sarney não pôde saborear com a merecida tranqüilidade as reações internacionais — se é que houve alguma — ao longo discurso que pronunciou, há uma semana, na abertura da assembleia geral da Organização das Nações Unidas e no qual identificou os **culpados externos** para os problemas internos do Brasil. Ainda em Nova York ficou sabendo da grande tensão pela qual passava a economia, como resultado da crise provocada — é bom que se diga logo — não pelos inimigos externos, mas pelos internos, dos quais um governo como o atual é o símbolo mais perfeito.

A agitação que marcou o mercado financeiro na semana passada — altas recordes nas cotações do ouro e do dólar — chegou a ser descrita por alguns operadores como “uma loucura”, mas, se a analisarmos com frieza, só poderemos concluir que ela não passou de mais um reflexo natural da extrema fragilidade do quadro econômico. “A economia brasileira está neste momento sendo movida por expectativas”, resumiu com perfeição um assessor do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega (que também se encontrava nos Estados Unidos). “Qualquer abalo pode provocar uma quebra de confiança irreparável”, completou.

Durante dois meses e meio muitos brasileiros acreditaram que, com uma razoável dose de boa vontade, seria possível conter a inflação no patamar de 30% até a posse do futuro presidente da República, quando então se adotariam, afinal, as medidas destinadas a extirpar de vez as raízes estruturais do mal inflacionário. Os índices de inflação de julho e agosto (28,76% e 29,34%, respectivamente) contribuíram para fortalecer a crença — ou a ilusão — disseminada pelo ministro Maílson da Nóbrega em sucessivos encontros com empresários, dirigentes sindicais e economistas.

Parecia que, mesmo sem um vigoroso corte nas despesas governamentais e um efetivo programa de privatização, com o objetivo de se reduzir o déficit público — de onde se origina crise a —, seria possível atingir a modestíssima meta de se evitar a hiperinflação, ou, melhor, de adiá-la para março. Entretanto, quando os primeiros números do IBGE apontavam para uma inflação superior a 35% em setembro, muita gente descobriu o óbvio: o combate à inflação exige mais do que boa vontade e muito mais do que *wishfull thinking...*

O presidente Sarney e o ministro Maílson da Nóbrega regressaram ao Brasil em meio a previsões de que, em outubro, a inflação estará chegando a 40% (a oficial, calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor, ficou pouco abaixo de 36% no mês passado; medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado, da FGV, encostou nos 40%, empurrada pela alta dos preços no atacado). Desta vez, o ministro não poderá acusar de “catastrofistas” os autores de previsões como essa. Na verdade, a cada dia fica mais evidente que os instrumentos que ainda restam ao governo para combater a inflação se tornaram ineficazes.

“Vamos continuar lutando para manter a economia sob controle”, garantiu o ministro da Fazenda, o que é muito louvável, mas por si só incapaz de gerar confiança. E isso ocorre não por culpa do ministro, mas do governo ao qual serve e da classe política em geral. Há um conluio entre governo e classe política que não apenas impede a redução dos gastos públicos, como até mesmo cria novas despesas — estão aí a Constituição Federal (com seus “efeitos devastadores”, como diz Maílson, nas contas do governo) e as Constituições estaduais para provar —, em geral destinadas ao atendimento de interesses eleitorais ou pessoais, que resultam em maior desorganização do setor público e desembocam em mais impostos e mais inflação.

Sobram aos responsáveis pela área econômica medidas tópicas, que mal controlam alguns efeitos. O governo, disse o ministro da Fazenda, “vai pagar o preço que for preciso para executar uma política monetária compatível com os objetivos de controle da economia, qualquer que seja a taxa de juros necessária”. É preciso observar, no entanto, como fez o economista e ex-diretor do Banco Central José Júlio Senna, que o aumento da taxa de juros é insuficiente: com a elevação da inflação, as pessoas agem em função da inflação do dia (e da expectativa da inflação futura), enquanto a taxa real de juros é indexada à inflação passada. Se o governo começar a agir como as pessoas, acabará por endossar as expectativas de alta e contribuir para que elas se concretizem.

Da área externa não convém esperar nenhum alívio. Qualquer entendimento entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional — necessário para a liberação de recursos prometidos ao país — “depende da capacidade do governo de colocar a casa em ordem”, afirmou o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. Isso, disse Camdessus, exigirá “um grande esforço”, que, sabemos, este governo não tem mais condições de despender.

Enfática e lucidamente, os ministros da área econômica rejeitam a hipótese de adoção de um novo choque, não apenas porque intervenções violentas afetam a ordem natural da economia, desorganizam a produção e geram o caos, mas porque o atual governo não tem qualquer condição de tentar uma nova medida desse gênero.

Como fez quando a inflação saltou de 9,94% para 24,83%, o ministro da Fazenda vai tentar convencer agora os “agentes econômicos” de que também 36% não é motivo para pânico. E com certeza vai conseguir. E assim por diante, quando chegarmos aos 40%, aos 50% e aos 60%. Afinal, faltam apenas 45 dias para o 15 de novembro. Mas até março há tempo de sobra para o pânico se instalar.

Se seus ministros econômicos são os primeiros a confessar sua impotência para deter o processo, vamos esperar que o presidente Sarney tenha o gesto patriótico de entregar o bastão ao seu sucessor tão logo ele receba o diploma do Tribunal Eleitoral.